

Uma política para abrir a economia

13 ABR 1988

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

A agenda externa do presidente José Sarney, neste ano, inclui visitas a países que atravessam um processo de modernização, como a República Popular da China e a União Soviética, sem que "essa onda de abertura e de liberalização seja de caráter ideológico".

O exemplo foi citado por Sarney, na entrevista que concedeu a este jornal, ontem à tarde, para expressar a sua convicção de que "o progresso obriga o Brasil a modernizar-se" e que esse fato se cria a partir da necessidade de o País tornar-se competitivo. "Se não nos modernizarmos internamente, não podemos entrar na concorrência."

Para o presidente, a modernização passa por um estágio de livre concorrência que implica o fim do mercado oligopolista. Sarney está convencido de que "o consumidor já não se submete a ser colonizado", que a política de substituição de importações já ter-



José Sarney

minou e que o avanço das exportações brasileiras "deflagra internamente uma necessidade de modernização".

O presidente também considera que essa nova mentalidade não deve ser confundida pelas elites políticas como "uma onda ideológica". Mas observa que, em alguns setores, o temor da abertura é "uma forma de subdesenvolvimento político".

"Veja o caso da URSS,

da China e da própria França. O Barre (Raymond Barre, candidato de centro-direita às eleições presidenciais francesas) está usando esse tema em sua campanha", comentou.

A modernização a que o presidente se refere quer dizer também a necessidade de o Brasil deixar de ser autárquico em todos os setores. Na integração com a Argentina, o caso do trigo ou da maçã é exemplar. A auto-suficiência nesses dois produtos dificulta o equilíbrio no intercâmbio e a complementaridade.

"Vargas (Getúlio Vargas) dizia que o trigo é a salvação. Mas temos de rever isso. O trigo argentino é mais barato do que o brasileiro, custa-nos entre US\$ 90 e US\$ 100, enquanto o nosso (subsidiado) sai por quase US\$ 200", observa o presidente.

Ele diz que já determinou o cumprimento dos compromissos de compra do trigo do país vizinho. Mas fontes diplomáticas afirmaram a este jornal que está havendo dificuldades na importação do produto devido à supersafra que o Brasil colheu em 1987.

"Neste ano já limitamos a área de plantio", lembra Sarney, pois em 1989 está prevista a importação de 1,6 milhão de toneladas da Argentina. Quatro dias após ter-se despedido de seu colega Raúl Alfonsín, em São Paulo, o presidente, que já se prepara para outros compromissos de sua agenda externa, não deixa de se preocupar com a integração entre Brasil e Argentina, apesar de achar que "os acordos vão indo bem".

Ele e Alfonsín estão mobilizando seus assessores para apressar

(Continuação na página 5)

Uma política para abrir... 13. ABR 1986

Emmanuel

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

a elaboração de um tratado que até o final do ano deverá ser apresentado aos congressos de ambos os países para ser votado e homologado, consagrando a integração como irreversível.

Nos quarenta minutos de entrevista (que ele preferiu não fosse gravada), Sarney incluiu o exercício de integração com a Argentina e o Uruguai na lista das atividades de política externa que exprimem uma marca agressiva de seu governo na ocupação de espaços na cena internacional.

"O Brasil tinha a tradição de se encolher. Agora temos uma posição participativa nos foros multilaterais", afirmou, lembrando sua ida à Assembléia Geral das Nações Unidas sobre desarmamento, no dia 6 de junho, a participação brasileira em todos os grupos da Rodada Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, depois de vinte anos de ausência.

Sarney orgulha-se de, com Alfonsín, ter iniciado o mercado comum latino-americano. "O problema era começar. Havia impedimentos de caráter político, desconfianças de natureza nuclear. Agora não temos mais segredos e a 'competência' (competição) histórica entre o Brasil e a Argentina desapareceu".

Sarney lembra que a integração "foi um ato de vontade" seu e de Alfonsín. "Chegamos a Iguazu (novembro de 1985) e conversamos muito à noite e no dia seguinte ele foi a Itaipu." A ida de Alfonsín à barragem construída com o Paraguai, que causou tensões entre os governos brasileiro e argentino, foi vista como uma nova etapa no relacionamento bilateral.

Nessa mesma viagem, cheia de simbolismos, os dois presidentes, além de inaugurarem a ponte Tancredo Neves, significando a união de ambos, assinaram a "Ata de Iguazu" que marca o começo do processo de integração, o embrião dos 22 protocolos que viriam a ser assinados entre

julho de 1986 e abril deste ano.

O presidente enfatizou os resultados positivos da integração: a ampliação da lista de bens de capital, que por vontade dos empresários passou a incorporar mais 130 itens, referiu-se à subscrição feita pelos dois países de 180 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES) — a moeda escritural do Fundo Monetário Internacional, que equivalem a cerca de US\$ 200 milhões — para o fundo de investimentos, dos quais US\$ 20 milhões já foram integralizados e observou que o comércio bilateral já duplicou desde o início da integração.

Sarney disse que o "mercado comum entre o Brasil e a Argentina já existe, desde que 524 produtos do setor de bens de capital podem ser trocados livremente, sem pagar impostos".

"A Zona de Livre Comércio, já começou. Firmamos mais acordos com a Argentina nesses quase dois anos do que em cem anos de relacionamento e o empresariado está engajado no processo." Esses são alguns frutos importantes da integração, segundo o presidente.